



O ANO DOS DIREITOS HUMANOS NO CONJUNTO CFESS/CRESS

A atuação do Conjunto reafirma
o projeto ético-político e é
referência para a formação e
pesquisa profissional

O MOVIMENTO
NEGRO NA
ATUALIDADE

SERVIÇO SOCIAL
NO ESPORTE

POPULAÇÃO
INVISÍVEL

GESTÃO 2011 - 2014



COMPROMISSO E LUTA
EM DEFESA DA CATEGORIA
E DO NOSSO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

A luta do Movimento Negro na atualidade

Alexandre Braga, presidente estadual e diretor nacional de comunicação da União de Negros pela Igualdade (Unegro)

A bandeira de luta que o Movimento Negro ergue cotidianamente em nosso país é o resultado de séculos de muita resistência. Essa bandeira é símbolo da oposição que fazemos a este Estado que nunca atendeu às demandas de nosso grupo e de tantos outros excluídos.

Devemos comemorar os avanços conquistados, como a criação do Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, e a implementação da Lei 10.639, que incluiu a comemoração da data no calendário escolar. Entretanto, a nossa consciência negra é fenômeno efêmero dentre as manias adotadas pela sociedade.

Hoje é chique ser black. É moderno cultivar os valores da cultura black, enquanto o fosso social entre brancos e negros (incluindo pardos) mantém o apartheid brasileiro inalterado. O mito da democracia racial, por aqui, foi denunciado como mentira pela realidade socialmente perversa e pelos dramáticos indicadores sociais que comprovavam que negro no Brasil está associado à miséria e à exclusão social. Somente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) calcula que precisaremos de pelo menos 20 anos de políticas voltadas para as Ações Afirmativas para colocar brancos e negros em níveis mínimos de igualdade.

Longe do ranço contra quem quer que seja, o Movimento Negro luta pelo cumprimento do plano de ação assumido na Conferência Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em 2001, pela Organização das Nações Unidas (ONU), e pelas propostas das Conferências Nacionais de Promoção de Igualdade Racial, organizadas em 2005 e 2009 pelo governo brasileiro.

Além disso, não queremos justiça social somente para os negros. Nós queremos essa mesma justiça para os povos de tradição indígena e para os demais grupos que durante a construção desta nação-continentes tiveram seus direitos humanos violados. Mas lembramos que o debate sobre alternativas para o desenvolvimento sustentável, as soluções para a superação dos conflitos étnicos e o combate ao preconceito e às desigualdades sociorraciais se dão entrelaçados, necessariamente, pelo culto à capacidade de resistência dos povos e pelo clamor por equidade. ■

O Negro, o Serviço Social e a Assistência Social

Waldeir Eustáquio dos Santos, assistente social, conselheiro do CRESS-MG e mestrando em Relações Internacionais pela PUC Minas

O problema da raça no Brasil deve ser politizado. Afirmo isso para realizar alguns apontamentos relativos à questão do negro na Política de Assistência Social e no Serviço Social.

Existe um mito entorno da igualdade racial, pois, supostamente, a classe social é que explica as dificuldades do indivíduo. Tal mito é tão forte que os próprios movimentos sociais podem se perder, atribuindo pouca ou nenhuma ênfase ao quesito raça e cor. Organizações, como a Unegro, chamam a atenção para a formulação de políticas públicas com foco na cor, mas isso ainda não é concreto.

Esse mito impossibilita que o debate tenha a direção correta, pois a Política de Assistência Social não é formulada com base nos critérios de cor da pele. As cotas estão sendo implementadas, mas, sempre, a mídia busca desclassificar a questão da cor e colocá-la como questão de classe social. Tal discurso é puramente liberal.

Estamos orgulhosos de Joaquim Barbosa, negro e ex-engraxate que se tornou o primeiro negro presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, ainda não estamos representados no Congresso Nacional, nas assembleias, nas câmaras e no Poder Executivo.

É preciso denunciar que no Brasil, anualmente, morrem mais jovens do que em guerras civis nos países africanos ou no Oriente Médio. Esses jovens são geralmente negros. A população usuária dos serviços da assistência social é em sua maioria formada por negros. O salário dos negros e negras é menor que o da população branca. Os usuários de drogas, como o crack, são em grande parte negros. Portanto, a questão da pobreza no Brasil tem cor, não dá para negar.

Outro levantamento é o risco da judicialização das lutas. Por vezes o caminho da justiça será necessário para atingir os nossos objetivos, mas esse não pode ser o único caminho. Outro problema é que a judicialização geralmente tem objetivos financeiros. Ela também pode nos ajudar, mas, ressalte-se: ela não deve ser definida como o modelo ideal. E somente a união de negros e pardos em torno da igualdade e da liberdade permitirá essa mudança estrutural. ■

Esta página é dedicada ao diálogo entre os movimentos sociais e os profissionais de Serviço Social

Jogo de cintura na garantia de direitos

A prática de esportes é uma das recomendações mais comuns para quem deseja ter uma vida saudável, mas os benefícios não são apenas físicos. O esporte é um meio de inclusão social, que promove o fortalecimento de vínculos e de valores coletivos, afirmando-se com uma área de atuação do Serviço Social

Crianças, jovens, idosos, pessoas com transtorno mental ou em situação de vulnerabilidade. Todos reunidos pela prática esportiva. É com esse público que Andréa Souto, assistente social da Secretaria Municipal de Esporte de Betim, convive diariamente. E o atendimento aos usuários é apenas uma das muitas atribuições de Andréa. Também é sua função elaborar projetos que possam ampliar o número de pessoas com acesso às atividades físicas oferecidas pela prefeitura. “O esporte é um direito constitucional que deve ser garantido pelo Estado e que, portanto, não pode ser restrito a uma minoria concentrada em clubes e associações privadas.”

Ser propositivo é uma característica essencial para o profissional de Serviço Social que trabalha na área do Esporte, como afirma Andréa, que tem uma experiência de mais de 10 anos no campo. “Por ser um espaço sócio-ocupacional relativamente novo, é preciso consolidá-lo por meio da construção de projetos de atuação que estejam de acordo com a demanda existente.”

Andréa Souto
aposta e investe na interdisciplinaridade para aplicar os conceitos do Serviço Social na prática esportiva



Além disso, ela acredita que é necessário estar por dentro da Política Nacional do Esporte, e saber qual é a sua relação com as demais políticas. “O assistente social precisa assimilar todo o conteúdo esportivo para fazer, com competência, a interlocução que garantirá o direito dos cidadãos não só ao esporte como a outras políticas.”

É preciso, ainda, tato para lidar com profissionais de diferentes áreas e com usuários vindos de diversas realidades. No Ginásio Poliesportivo Divino Braga, onde Andréa trabalha, muitos desses usuários só têm esse local como espaço de convívio social. Para oferecer o melhor de si a essas pessoas é preciso muito ânimo. Nessas horas, Andréa indica que a energia dos educadores físicos conta muito. “O carro-chefe, nesse

campo, é o professor de Educação Física. O alto-astral deles contagia a todos, alunos e funcionários!”

PARA ALÉM DO ESPORTE

Assegurar aos cidadãos seus direitos fundamentais pode parecer a solução de todos os problemas, mas quando esse acesso é por tempo limitado, a situação muda. A assistente social Heloísa Verçosa sabe bem disso. Há sete anos trabalhando no Centro de Treinamento do Clube Atlético Mineiro (CT/CAM), em Vespasiano, ela acompanha de perto a história de garotos que deixam suas famílias em busca de melhores condições de vida. Os jovens, que têm entre 14 e 21 anos, vêm de diferentes realidades, mas têm o mesmo objetivo: o de se tornarem jogadores de futebol.



Heloísa Verçosa
acredita que a valorização das origens é o ponto de partida para o sucesso do jovem no esporte

Após serem aprovados, eles chegam ao CT e têm a sua disposição academia de ginástica, nutricionistas, médicos e alimentação. A qualidade de vida dos garotos aumenta em comparação à realidade deles fora daquele espaço. Assim, o desafio principal de Heloísa é cuidar para que os jovens formem uma identidade baseada na valorização de suas origens. “O meu papel é contribuir para que eles não percam seus vínculos familiares e que possam ter orgulho de suas raízes. Isso é importante para o desenvolvimento deles, aqui, como atletas, e também na sociedade. Além disso, é fundamentalmente que o jovem tenha suporte no caso dele se desligar, por qualquer motivo, do CT.”

Atualmente, há 110 jovens residindo no local, e todos que ainda não completaram o Ensino Médio estão matriculados em escolas públicas. Heloísa conta que, por meio de conceitos do Serviço Social, ela tenta explicar aos garotos que todos eles têm potencial para transformar o mundo ao seu redor, seguindo ou não a carreira esportiva. “Os meninos precisam entender que há uma vida além do mundo do futebol e do status que ele oferece e que, independentemente de alcançarem ou não o sucesso, é só através da educação e do conhecimento que eles poderão melhorar suas vidas e a de seus familiares.” ■

O ANO DOS DIREITOS HUMANOS NO CONJUNTO CFESS-CRESS

Aprofundar o debate acerca da concepção de Direitos Humanos (DH), fortalecer a articulação com os movimentos sociais e incluir suas diversas demandas na agenda do Serviço Social. Esses foram alguns dos desafios encarados pelo Conjunto CFESS-CRESS, em 2012, e propostos durante o 40º Encontro Nacional, realizado em setembro de 2011, em Brasília (DF).

No âmbito regional, o CRESS-MG participou ativamente de várias frentes de luta pelos DH, além de promover atividades formativas para a categoria acerca do tema. Os resultados obtidos ao longo desses meses foram sintetizados durante os debates do Seminário Nacional de Serviço Social e Direitos Humanos, promovido de 4 a 6 de setembro, em Palmas (TO)

O debate e as ações envolvendo os DH, no Brasil, em 2012, podem ser resumidos em uma só palavra: contradições. No início do ano, a população assistiu espantada à invasão da Polícia Militar de São Paulo ao terreno do Pinheirinho, onde cerca de 6 mil pessoas foram desalojadas de forma violenta. O motivo foi um mandado de reintegração de posse do terreno ao dono, um empresário falido, que viu na venda do local a oportunidade de pagar seus credores. O acontecimento, que ficou conhecido como “Massacre do Pinheirinho”, mostrou mais uma vez como os governantes são reféns dos interesses de uma elite. Em contrapartida, no mês de maio, o Governo Federal apontou avanços em prol dos DH ao implantar a Comissão Nacional da Verdade, com o intuito de solucionar os casos de violações cometidas por agentes do Estado, durante a Ditadura Militar.

Se por um lado a sociedade capitalista cria a ilusão de que o cidadão é merecedor de direitos, por outro, ela institui limites para viabilizá-los. Entretanto, a resistência dos cidadãos tem se mostrado proporcional à repressão do Estado. O fortalecimento do movimento negro, LGBT, camponês, entre outros, é prova disso.

A defesa dos DH pelo Serviço Social brasileiro deve ser compreendida como algo determinado pelo projeto ético-político profissional e não como escolha de um ou outro assistente social. Nesse contexto, torna-se



imprescindível que os assistentes sociais sejam parceiros desses movimentos, tanto no fortalecimento de suas ações, como na proposição de políticas públicas que atendam as suas demandas.

Deve-se levar em conta, ainda, que a criminalização dos movimentos sociais atinge não apenas seus militantes, mas também os que de alguma forma estão envolvidos com eles, como afirmou Cristina Brites, assistente social e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), durante sua apresentação no Seminário Nacional de Serviço Social e Direitos Humanos. “A defesa de DH é tratada, hoje, como defesa de bandidos, e essa ideia só pode ser revertida por meio da consolidação de ações educativas que desvelem o real significado desses direitos na sociedade burguesa.” Ela diz que a discussão crítica acerca dos DH e a luta pela ampliação da democracia na sociedade brasileira são determinadas pelo mesmo processo histórico que modificou as bases teóricas do Serviço Social. Portanto, compreender todo esse processo é inerente à formação do assistente social e à própria construção da profissão.

DEMANDAS - ALGUMAS ENTRE TANTAS

Em um país continental e com um histórico secular de violações de DH é difícil, principalmente nos dias de hoje, estabelecer quais demandas sociais merecem destaque na agenda das políticas públicas. Entretanto, a partir de dados como os do Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, entidade que reúne dezenas de organizações não-governamentais e movimentos sociais com o objetivo de responder a uma demanda de ação e articulação de denúncias de violações de DH ocorridas no Brasil, é possível apontar em quais grupos sociais os direitos têm sido mais feridos.

Em 2012, o documento deu destaque para o direito à memória, à verdade e à justiça; a violação de direitos dos povos originários e comunidades tradicionais; o trabalho escravo; a dívida do agronegócio brasileiro, dando ênfase à questão dos agrotóxicos; os mitos envolvendo a economia verde; as questões da infância e juventude; o analfabetismo e a qualidade da educação básica, além de abordar sobre a regulação das comunicações no Brasil e as questões de gênero, como a homofobia. O relatório está disponível na internet através do endereço eletrônico: www.social.org.br/direitoshumanos_2012.pdf ►

Nesse emaranhado de bandeiras, destaca-se a luta pelo direito à memória e à verdade, que desencadeou a fundação da Comissão Nacional da Verdade, citada anteriormente, mas que é bastante questionada por movimentos sociais. Em sua emocionante participação no Seminário, a assistente social e professora da PUC-SP, Rosalina de Santa Cruz, recordou todos os que desaparecem durante a Ditadura Militar, e falou sobre a importância de manter vivo esse assunto. “Do mesmo jeito que naquela época os militares assassinavam combatentes e inocentes que lutavam por direitos, vemos o mesmo sendo feito, hoje, com presidiários, jovens negros e todos aqueles que sofrem qualquer tipo de tortura ou extermínio por policiais.” Para a professora, destruir esse arcabouço deixado pela ditadura é um dos desafios para a ampliação dos DH aos cidadãos.

Entre avanços e retrocessos nas conquistas dos cidadãos por seus direitos, a batalha ainda é longa. As forças reacionárias que envolvem o Estado e os interesses de elites antidemocráticas e antipopulares estão sempre prontas para implantarem obstáculos para a ampliação desses direitos. Por isso é tão necessário que os atores sociais envolvidos nessa luta pela garantia de direitos se informem e se organizem.

MOVIMENTOS SOCIAIS - TRABALHADORES EM AÇÃO!

No mundo todo, vive-se uma crise estrutural do capitalismo que resulta em um processo inédito de degradação da vida humana e destruição da natureza. Esse processo incide sobre a mobilização e organização social em prol de seus direitos, como afirmou Maria Lúcia Barroco, assistente social e professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em sua apresentação no Seminário. “As políticas neoliberais conservadoras destroem as regulamentações dos direitos conquistados através das lutas históricas dos trabalhadores. A organização política desencadeadora dessas lutas vai sendo enfraquecida em face do desemprego estrutural e da insegurança generalizada, o que gera o individualismo e a competição.”

Em meio à situação desfavorável em que o Brasil se encontra para a materialização dos DH, torna-se fundamental a iniciativa de auto-organização dos trabalhadores. As reivindicações são muitas e essa segmentação das lutas sociais pode, muitas vezes, parecer ameaçadora a uma batalha unificada. Entretanto, para Silvana Mara de Moraes, assistente social e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que também participou do Seminário, na perspectiva do projeto ético-político do Serviço Social, essa variedade de sujeitos e lutas é importante, pois promove a socialização da política. “A construção de um projeto societário da classe trabalhadora não pode ser dificultada por conta dessa divisão. A desigualdade

social é marca estrutural da sociedade capitalista, que combina exploração e formas variadas de opressão. O que precisamos fazer, como assistentes sociais, é ser parceiros estratégicos e, inclusive, aprendizes das auto-organizações dos trabalhadores”, enfatiza Silvana.

Os desafios para a ampliação dos DH são muitos e envolvem diversos setores da sociedade. Entretanto, algo que cabe ao Serviço Social fazer é não se omitir. Como aponta o próprio Código de Ética da profissão, de 1993, as violações de direitos não acontecem apenas por ações, mas também por omissões. Portanto, é necessário ressaltar que deixar de agir por conta de relações de trabalho injustas, autoritárias, precarizadas e que não permitem a organização das lutas sociais implica em contribuir para a eternização das violações. Ao assistente social não basta apenas atender as demandas sociais. A garantia de direitos começa de dentro para fora, do micro para o macro e, por isso, também é preciso refletir sobre o fazer profissional.

A força dos movimentos sociais no contexto de defesa e garantia dos DH é de muita importância. Por isso, o tema da Campanha da Gestão do CFESS 2011-2014 é “Sem movimento não há liberdade”. Essa campanha foi lançada no Seminário Nacional e, no ato, a presidenta do CFESS, Sâmya Ramos, ressaltou a necessidade do Serviço Social estar sempre alinhado às demandas dos movimentos sociais. “O sentido da defesa do nosso projeto profissional é nos vincularmos aos movimentos e sujeitos coletivos que estão na luta. Com essa campanha esperamos movimentar a categoria, em todo o país, para que ela defenda essa liberdade que, por sua vez, pressupõe a transformação social que tanto almejamos”. Acesse: www.semmovimentonaohaliberdade.com.br ►



**Campanha da Gestão do CFESS 2011-2014,
"Sem movimento não há liberdade"**

REFLETIR E AGIR - CRESS-MG E OS DIREITOS HUMANOS EM 2012

O CRESS-MG, por meio da Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos, sabe que promover um diálogo permanente com os diversos movimentos sociais é fundamental para direcionar a agenda política da categoria. Confira, a seguir, algumas das articulações e atividades promovidas pelo CRESS-MG em prol da garantia dos DH e do aprofundamento do debate do tema pela categoria, ao longo de 2012.

Em fevereiro, por conta de seu posicionamento diante de questões relacionadas ao uso de drogas e às práticas higienizadoras do poder público municipal e estadual, o CRESS-MG foi escolhido para compor a coordenação da Frente Mineira sobre Drogas e Direitos Humanos (FMDDH). Ela reúne diversas entidades para trabalhar na organização e no direcionamento do debate público, construindo estratégias e ações de lutas sobre as políticas sobre drogas, baseadas na cidadania e nos direitos humanos.

O direito à moradia digna, representado pelas investidas da Ocupação Eliana Silva (BH), mereceu atenção especial do Conselho neste ano. A realidade vivida por aquelas famílias durante o mês de maio, e mascarada pela grande mídia, foi apresentada à categoria por meio da cobertura jornalística do CRESS-MG. Seja em imagem ou texto, tudo ficou registrado no site do Conselho: desde o mês de maio, quando as ações violentas praticadas pela polícia desencadearam o desalojamento dessas famílias, até a nova ocupação, feita no início de agosto.

Em outubro do ano passado, o Conselho, junto a outros movimentos e sindicatos, esteve na Comunidade Dandara para evitar que fosse cumprido o mandado que obrigava centenas de famílias a abandonar o local. O terreno é reivindicado por uma construtora que o deixou abandonado por quatro décadas e que soma mais de R\$ 2 milhões em dívidas de IPTU. A Comunidade Dandara continua resistindo até hoje, lutando contra a opressão vivida cotidianamente.

Em 2012, o Movimento LGBT teve o apoio do Conselho para dar visibilidade às suas demandas. Ainda em janeiro, foi realizada uma entrevista para o site do CRESS-MG com a professora transexual Sayonara Nogueira, em comemoração ao Dia Nacional da Visibilidade Trans. Já em julho, o Projeto Diálogos em Direitos Humanos foi inaugurado, em Belo Horizonte, com a palestra "Serviço Social e direitos LGBT", ministrada pela assistente social e professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Bruna Irineu. Ainda foi divulgada uma matéria especial, no site do CRESS-MG, em comemoração à 15ª edição da Parada do Orgulho LGBT de BH, realizada no dia 22 de julho e apoiada pelo Conselho.

A luta das mulheres também mereceu a atenção do CRESS-MG em 2012. Ao longo do ano, os conselheiros divulgaram e acompanharam a tradicional Marcha Mundial das Mulheres, ocorrida em 30 de janeiro, e a segunda edição da Marcha das Vadias, realizada no dia 26 de maio, com o objetivo de manifestar a favor da liberdade, da diversidade e em oposição à violência contra a mulher. Os atos aconteceram em Belo Horizonte.

O Conselho participou de outros eventos na capital, como a Luta Antimanicomial, no dia 18 de maio, e o Ato pela Vida, no dia 16 de agosto, que teve como objetivo reivindicar mais políticas públicas para a população em situação de rua no Brasil. Ainda envolvendo a área da Saúde, é com orgulho que o CRESS-MG compõe, atualmente, a Frente e o Fórum Mineiros Contra a Privatização do Sistema Único de Saúde (SUS) que têm como objetivo articular ações para a garantia de uma saúde pública e de qualidade para todos.

A Seccional Uberlândia, em julho, somou-se ao movimento "Basta de violência e mortes no Ceseu", em protesto à realidade de violência vivida pelos jovens no Centro Socioeducativo de Uberlândia. As medidas tomadas pelo movimento, composto também pela Ordem Brasileira dos Advogados (OAB) e pelo Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG), resultaram no afastamento do diretor e de funcionários e em mudanças nos métodos utilizados.

Os DH foram abordados no Encontro Estadual dos Assistentes Sociais e Psicólogos Judiciais de Minas Gerais, realizado em junho, e que teve como tema a "Escuta judicial de criança e adolescente - proteção de direitos: dever de todos", e no 5º Seminário Antiprisional: Desconstrução das Práticas Punitivas, realizado em parceria com outras entidades, em 24 e 25 de agosto.

O ciclo foi encerrado com o Seminário Estadual de Serviço Social e Direitos Humanos do CRESS-MG. O evento, realizado no dia 17 de agosto, reuniu cerca de 200 assistentes sociais e estudantes de todas as regiões do estado para discutir, entre outras coisas, as dificuldades que o Estado neoliberal impõe para a garantia dos DH e o papel da profissão nesse contexto.

O encontro trouxe valiosas contribuições para o debate dos DH e contou com a participação de especialistas como Valéria Forti, mestre em Filosofia pela Universidade Gama Filho (UGF) e doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Charles Toniolo, conselheiro do CRESS-RJ e mestre em Serviço Social pela UFRJ; Heloísa Greco, doutora em História pela UFMG e atuante no Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania (BH); e Maurílio Castro, conselheiro do CFESS e doutor em Serviço Social pela PUC-SP. ■

População invisível nas ruas de BH

A efetivação dos direitos da população em situação de rua de Belo Horizonte tem sido prejudicada, em primeiro lugar, por conta do descaso do Estado que não tem se preocupado em efetivar políticas públicas, e, em segundo lugar, pela dificuldade de articulação entre os membros desse grupo social.

Falta. Essa é palavra que resume a história de vida de quem tem a rua como casa. O que caracteriza a população em situação de rua não é apenas a falta de moradia, mas um histórico repleto de carências que vão desde uma boa estrutura familiar a oportunidades de melhoria de vida. Por trás disso, está um Estado indiferente.

O resultado dessa indiferença pode ser visto nas ruas das grandes cidades brasileiras, como é o caso de Belo Horizonte. Estima-se que atualmente haja cerca de 1.500 pessoas em situação de rua na capital mineira. O número aumentou em relação a 2005, quando o 2º Censo da População de Rua e Pesquisa Qualitativa foi publicado, apontando a existência de aproximadamente 1.100 pessoas morando nas ruas.

Há três anos, Eduardo Henrique, 37, perdeu sua mulher durante o parto de seu primeiro filho. Desconsolado, ele não conseguiu se firmar em nenhum emprego e a situação piorou quando, um dia, ladrões armados entraram em sua casa, na cidade de Ribeirão das Neves, e levaram todos os bens materiais que lhe restavam. A mãe de Eduardo, que já estava em seu segundo casamento, escolheu o marido ao próprio filho, como ele mesmo alega. Sem apoio familiar, ele foi parar nas ruas. "Ninguém escolhe morar na rua, ser humilhado, passar frio, fome. Isso só acontece porque não somos úteis para ninguém."

O caráter contestador de Eduardo permitiu que ele fosse eleito delegado do abrigo em que dorme quase todas as noites, localizado na Região Norte de BH, mas também o trouxe problemas. "Tem dias que eles não me deixam entrar, dizendo que não tem mais vaga. Mentira. Já dormi lá em quarto com 20 camas e só 4 estavam ocupadas. A verdade é que eu questiono muito as coisas, por isso querem evitar minha presença."

E se por um lado há carência na estruturação de políticas públicas para pessoas em situação de rua, por outro, esses cidadãos também têm dificuldade em se mobilizar.

O Movimento Nacional Povo de Rua (MNPR), por exemplo, é uma das poucas iniciativas que têm resistido em BH. Criado em 2004, o movimento já soma diversas conquistas, como a garantia de refeições gratuitas para pessoas em situação de rua nos Restaurantes Populares. Ainda assim, segundo o coordenador nacional, Samuel Rodrigues, existem obstáculos que dificultam a conscientização e politização dessas pessoas. "Somos um grupo frágil e que nem sempre dá conta da discussão dos direitos, pois muitos de nós acreditamos que somos os únicos responsáveis por estar em situação de rua. Além do mais, há uma grande descrença no Estado."

Entretanto, Samuel indica que Belo Horizonte encontra um dos cenários políticos mais organizados do país. "O diferencial é que aqui há diversos grupos que trabalham na lógica de assegurar direitos, não apenas de doar cobertores ou distribuir sopas. São grupos que estabelecem junto ao poder público uma discussão de políticas estruturantes e esse posicionamento crítico faz toda a diferença", ressalta Samuel.

CONSEQUÊNCIA VIOLENTA DO CAPITALISMO

A criminalização e o preconceito são os principais causadores de atos violentos contra a população em situação de rua na capital mineira. Desde que o Centro Nacional de Direitos Humanos da População de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH) foi inaugurado, em maio de 2011, já foram registrados cerca de 80 casos de morte nas ruas de Belo Horizonte. Quantidade expressiva se levado em conta que em todo o país foram registradas 227 mortes no mesmo período. Em alguns casos, os assassinatos ocorrem em decorrência de rixas dentro do próprio grupo, mas, na maioria das vezes, o principal responsável é o Estado, como afirma Karina Alves, assistente social e coordenadora do Centro. "Além da violência indireta, causada pela ausência de políticas públicas, o Estado, por meio de guardas e agentes municipais, responde por 80% dos casos de violação dos direitos dessa população."

A entidade tem como função apurar e acompanhar as violações e criar estratégias e planos para reverter essa situação. "O Centro vem mostrar que essas pessoas têm direito a diversos serviços que vão além da assistência social, como o direito à saúde e à habitação." ■

Colaboração de Maria Lucia Lopes da Silva.

Associação busca melhor qualidade de vida para diabéticos

Conquistar melhores condições de vida para os portadores de diabetes. Esse é o principal objetivo da Associação dos Diabéticos de Belo Horizonte (Assodibelo) que, há 23 anos, vem realizando ações junto a movimentos sociais para propor políticas públicas que atendam a população.

Uma vez por mês, o grupo realiza reuniões para planejar ações de divulgação e, assim, chamar a atenção dos gestores da saúde pública para a doença, que atinge, hoje, 5,6% da população brasileira, segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde, em maio de 2012. A Assodibelo também promove palestras educativas para portadores de diabetes e hipertensão.

Se você quiser conhecer melhor a atuação da Associação, entre em contato pelo e-mail feadm@hot.com ■

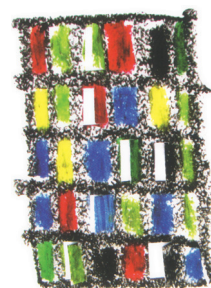
Projeto Formação Continuada 2013

Desde a sua divulgação, no final de julho, o Projeto Formação Continuada do CRESS-MG foi um grande sucesso. A iniciativa, realizada em atenção à Política de Educação e Capacitação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS, promoveu minicursos ao longo do segundo semestre de 2012, com o objetivo de oferecer instrumentos para a construção e qualificação de ações cotidianas no exercício da profissão, além de fortalecer o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual.

No próximo ano estão previstos mais de 20 minicursos com palestrantes que estão na ponta dos debates referentes ao Serviço Social. Fique atento ao site do CRESS-MG para acompanhar a abertura das inscrições! ■

Desconstruindo práticas punitivas

O livro "Desconstruindo práticas punitivas" é uma compilação de onze textos, organizados por Carlos Magalhães, José Luiz Quadros de Magalhães e Virgílio de Mattos, que propõem uma reflexão sobre a natureza dos temas relacionados às mais diferentes formas de violação na sociedade, além de analisar as respostas que o Estado formula para o enfrentamento dessas questões. Todos os textos são transcrições das apresentações de profissionais de áreas como Direito, Psicologia e Sociologia, realizadas durante o 3º e 4º Seminário Desconstrução das Práticas Punitivas. Os eventos foram promovidos pelo Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, em Belo Horizonte, em 2010 e 2011.



Reprodução de imagem da capa do livro

O CRESS-MG, que apoiou a publicação do livro, dispõe de exemplares para doação. Os interessados em adquirir o material, devem enviar um e-mail para cress@cress-mg.org.br, contendo nome completo, número de registro profissional e endereço. ■

BOLETIM CONEXÃO GERAES

N. 65, ano 19, novembro de 2012

Tiragem: 15.000

Coordenação: Comissão de Comunicação

Projeto gráfico, tratamento fotográfico e

diagramação: Thiago Alcântara

Redação: Marcela Viana

Jornalista Responsável: Marcela Viana (17.386 MG)

Fotografia: Marcela Vianna

Assessor de Comunicação: Thiago Alcântara

Assessora Adjunta de Comunicação: Marcela Viana

Estagiária de Design: Luciana Cardoso

comunicacao@cress-mg.org.br

GESTÃO COMPROMISSO E LUTA (2011-2014)

Presidente: Leonardo David Rosa Reis

Vice-presidente: Máira da Cunha Pinto Colares

1ª Secretária: Daisy Dias Lopes

2ª Secretário: Gustavo Henrique Teixeira

1ª Tesoureira: Marisaura dos Santos Cardoso

2ª Tesoureira: Marcelo Armando Rodrigues

Conselho Fiscal: Darklane Rodrigues Dias e

Cristiano Costa de Carvalho

Suplentes: Maria de Lourdes dos Santos Borges,

Helena Teixeira Magalhães Soares,

Maria de Fátima Santos Gottschalg,

Waldeir Eustáquio dos Santos,

Maura Rodrigues de Miranda,

Janaína Andrade dos Santos,

Fabírcia Cristina de Castro Maciel,

Wagner Maciel Silva e

Alexandre Alves Ribeiros

SECCIONAL JUIZ DE FORA

Coordenadora: Ana Maria Arreguy Mourão

Tesoureira: Helyene Rose Cruz Silva

Secretária: Raquel Mota Dias Gaio

Suplentes: Patrícia Teixeira Groppo de Oliveira,

Antoniana Dias Defilipo Bogogno e

Beatriz Damasceno Touma

SECCIONAL MONTES CLAROS

Coordenadora: Rosilene Aparecida Tavares

Tesoureira: Larissa Mônica Sepúlveda

Secretária: Sarah Edneli Leite Ferreira

Suplente: Carla Alexandra Pereira

SECCIONAL UBERLÂNDIA

Coordenadora: Flávia Maria da Silva Santana

Tesoureira: Luana Gonçalves de Oliveira Souza

Secretária: Vanda Aparecida Franco Macedo

Suplentes: Carmem Guardenho Maywald e

Renato Mateus de Santana

O CRESS-MG, consciente das questões sociais e ambientais, utiliza na impressão deste material papéis certificados pela FSC (Forest Stewardship Council). A certificação FSC é uma garantia de que a matéria-prima advém de uma floresta manejada de forma ecologicamente correta, socialmente adequada e economicamente viável.